



COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIBOM LTDA

OUVIDORIA: 0800 725 0996 / REGIÕES METROPOLITANAS 400 1256 / DEMAIS LIGAÇÕES: 0800 702 0756
(SEDE) AVENIDA DAS PALMEIRAS, 170 - CENTRO - BOM DESPACHO/MG (37) 3521.9800 - CNPJ 21.670.187/0001-00

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2021 da COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIBOM LTDA. - SICOOB CREDIBOM na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021 o SICOOB CREDIBOM completou 36 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, o SICOOB CREDIBOM obteve um resultado de R\$15.357.743,54 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 20,66%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$243.881.870,92. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$261.914.034,15.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	47.429.176,97	18,11
Carteira Comercial	214.484.857,18	81,89

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 13,00% da carteira, no montante de R\$34.093.614,03.

4. Captação

As captações, no total de R\$402.694.929,87, apresentaram uma evolução de 10,08% em relação a dezembro de 2020.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	122.249.818,80	30,36
Depósitos a Prazo	230.700.761,99	57,29
LCA	42.631.316,53	10,59
LCI	7.113.032,55	1,77%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 15,58% da captação, no montante de R\$62.794.556,23.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIBOM era de R\$ 69.182.538,20. O quadro de associados era composto por 18.755 cooperados, havendo um acréscimo de 10,05% em relação a dezembro de 2020.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alcadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIBOM adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 89,52% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na resolução 4606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparéncia da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIBOM aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende as manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico,

atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, a Ouvidoria do SICOOB CREDIBOM registrou 38 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 38 reclamações, 17 foram consideradas procedentes.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de

crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições e ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Bom Despacho (MG), 03 de fevereiro de 2022.

Conselho de Administração

Pedro Adalberto da Costa	Presidente do Conselho
José Fúlvio Cardoso	Vice Presidente
Antônio Tavares Gontijo	Conselheiro de Administração
Dinoralva Maria da Silva Gontijo	Conselheiro de Administração
Eli Jesus Borges	Conselheiro de Administração
Elias Santos	Conselheiro de Administração
José Nunes Rodrigues	Conselheiro de Administração
Luiza Helena de Araújo	Conselheiro de Administração
Marcos José Faria	Conselheiro de Administração

Diretoria Executiva

Vicente de Paulo Lopes Cançado	Diretor Administrativo
José Mauri Mota	Diretor de Negócios
Rodrigo Belione de Oliveira Menezes	Diretor de Gestão de Riscos

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIBOM LTDA/SICOOB CREDIBOM
BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$)

Descrição	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		524.587.968,02	462.391.065,52
DISPOBILIDADES	4.	3.665.354,52	4.195.945,68
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		514.716.796,50	448.555.687,73
Títulos e Valores Mobiliários	5.	2.040.181,37	-
Relações Interfinanceiras	4.	243.881.870,92	227.935.047,87
Centralização Financeira		243.881.870,92	227.935.047,87
Operações de Crédito	6.	261.914.034,15	215.666.646,87
Outros Ativos Financeiros	7.	6.880.710,06	4.953.992,99
(-) PROVISÕES P/ PERDAS ESPERADAS ASSOC. RISCO CRÉDITO		(16.921.993,54)	(13.656.983,66)
(-) Operações de Crédito	6.	(16.645.421,46)	(13.496.164,09)
(-) Outras	7.1.	(276.572,08)	(160.819,57)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8.	103,66	103,66
OUTROS ATIVOS	9.	604.655,67	1.294.843,46
INVESTIMENTOS	10.	8.932.805,70	8.101.258,75
IMOBILIZADO DE USO	11.	19.170.485,65	18.531.807,33
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(5.580.240,14)	(4.631.597,43)
TOTAL DO ATIVO		524.587.968,02	462.391.065,52
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		524.587.968,02	462.391.065,52
DEPÓSITOS	12.	352.950.580,79	338.820.640,89
Depósitos à Vista		122.249.818,80	126.230.377,10
Depósitos Sob Aviso		6.332.785,48	6.581.980,95
Depósitos à Prazo		224.367.976,51	206.008.282,84
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		38.819.884,30	48.446.545,60
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13.	49.744.349,08	27.015.113,12
Relações Interfinanceiras	14.	29.346.807,32	15.473.174,52
Repasses Interfinanceiros		29.346.477,	

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIBOM LTDA / SICOOB CREDIBOM DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em Reais

Notas 2º Sem. 2021 31/12/2021 31/12/2020

SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL 8.959.532,17 15.357.743,54 9.637.201,99

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - - - - -

TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE 8.959.532,17 15.357.743,54 9.637.201,99

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIBOM LTDA / SICOOB CREDIBOM DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em R\$)

Notas 2º Sem. 2021 31/12/2021 31/12/2020

SOBRAS / PERDAS ANTES TRIBUT. E PARTICIP. 10.054.214,44 17.074.352,13 ... 10.917.397,37

Juros sobre o Capital Próprio Recebidos (312.263,21) (312.263,21) (211.767,00)

Distribuição de Sobras e Dividendos - - - - - (349.280,66) (387.835,46)

Provisões/Reversões Perdas Esp. Assoc. Risco Crédito ... 3.748.538,84 6.247.413,49 6.839.332,65

Provisões/Reversões para Garantias Prestadas 66.834,41 74.863,19 138.789,99

Provisões/Reversões Não Operacionais - - - - - (4.000,00) 14.648,04

Provisões/Reversões para Contingências 157.574,72 213.764,81 124.504,22

Atualização de Depósitos em Garantia (48.530,91) (67.182,62) (49.010,67)

Depreciações e Amortizações 578.784,76 1.179.700,79 1.158.191,98

SOBRAS / PERDAS ANTES TRIBUT. PART. AJUSTADO .. 14.245.153,05 24.057.367,92 ... 18.544.251,12

Aumento (redução) em ativos operacionais

Títulos e Valores Mobiliários (1.029.104,78) (2.040.181,37) -

Relações Interfinanceiras 23.079,27 - - - - -

Operações de Crédito (20.880.479,90) (49.044.453,67) (47.444.979,99)

Outros Ativos Financeiros (1.450.941,96) (2.044.871,67) 75.541,82

Ativos Fiscais Correntes e Diferidos 140.514,94 - - - - - 451,73

Outros Ativos 244.791,48 694.187,79 (930.786,71)

Aumento (redução) em passivos operacionais

Depósitos à Vista (11.257.662,74) (3.980.558,30) ... 51.218.987,86

Depósitos sob Aviso (91.019,02) (249.195,47) ... (6.279.363,96)

Depósitos à Prazo 3.397.680,20 18.359.693,67 31.998.046,72

Recursos de Aceite e Emissão de Títulos 10.380.261,04 22.729.235,96 ... 12.638.968,23

Relações Interfinanceiras 6.458.611,43 13.873.632,80 (10.061.732,47)

Outros Passivos Financeiros 4.158.846,79 (1.229.530,06) 1.267.183,47

Provisões 1.518,84 (1.026,00) (3.858,81)

Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas 636.529,95 715.965,97 (129.321,95)

Outros Passivos 662.259,23 419.536,89 925.893,36

Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES - - - - - (666.059,39) (896.125,54)

FATES - Atos Cooperativos (757.831,70) (757.831,70) (480.356,43)

FATES - Atos Não Cooperativos (201.109,64) (201.109,64) (30.073,30)

Imposto de Renda (419.222,84) (690.194,56) (504.389,03)

Contribuição Social (338.459,43) (506.621,90) (305.738,04)

CAIXA LÍQ. APPLICADO / ORIGIN. ATIVID. OPERAC. 3.923.414,21 19.437.987,27 ... 49.602.598,08

Atividades de Investimentos

Distribuição de Dividendos - - - - - 6.365,60 17.930,51

Distribuição de Sobras da Central - - - - - 342.915,06 369.904,95

Juros sobre o Capital Próprio Recebidos 312.263,21 312.263,21 211.767,00

Aquisição de Imobilizado de Uso (320.305,28) (869.736,40) ... (1.391.839,50)

Aquisição de Investimentos (584.398,06) (831.546,95) (353.061,38)

CAIXA LÍQUIDO APPLICADO/ORIGINADO EM INVEST. (592.440,13) (1.039.739,48) ... (1.145.298,42)

Atividades de Financiamentos

Aumento por novos aportes de Capital 266.996,71 535.178,55 418.160,52

Devolução de Capital à Cooperados (489.210,16) (1.026.937,34) ... (1.163.798,50)

Estorno de Capital (300,00) (300,00) -

Distribuição de sobras para associados - - - - - (2.489.957,11) ... (1.957.484,13)

CAIXA LÍQUIDO APPLICADO/ORIGINADO EM FINANC. (222.513,45) (2.982.015,90) ... (2.703.122,11)

AUMENTO / REDUÇÃO LÍQ. CAIXA E EQUIV. CAIXA 3.108.460,63 15.416.231,89 ... 45.754.177,55

Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período 244.438.764,81 ... 232.130.993,55 . 186.376.816,00

Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período 247.547.225,44 ... 247.547.225,44 . 232.130.993,55

Variação Líquida de Caixa e Equivalentes Caixa 3.108.460,63 15.416.231,89 ... 45.754.177,55

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIBOM LTDA / SICOOB CREDIBOM DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais (R\$)

	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Sobras/Perdas Acumuladas	TOTAIS
Saldo em 31/12/2019	19.268.335,04	(200,00)	31.908.723,59	6.896.125,54	58.072.984,17
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Ao FATES	-	-	-	-	(896.125,54) ... (896.125,54)
Constituição de Reservas	-	-	-	3.000.000,00	(3.000.000,00)
Distribuição de sobras para associados	1.042.515,87	-	-	-	(3.000.000,00) ... (1.957.484,13)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	579.060,52	(160.900,00)	-	-	418.160,52
Por Devolução (-)	(1.163.798,50)	-	-	-	(1.163.798,50)
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	9.637.201,99	9.637.201,99
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva'	-	-	960.712,87	(960.712,87)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(480.356,43)	(480.356,43)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(30.073,30)	(30.073,30)
Saldo em 31/12/2020	19.726.112,93	(161.100,00)	35.869.436,46	8.166.059,39	63.600.508,78
Saldo em 31/12/2020	19.726.112,93	(161.100,00)	35.869.436,46	8.166.059,39	63.600.508,78
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Ao FATES	-	-	-	(666.059,39)	(666.059,39)
Constituição de Reservas	-	-	4.000.000,00	(4.000.000,00)	-
Distribuição de sobras para associados	1.010.042,89	-	-	(3.500.000,00)	(2.489.957,11)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	378.058,55	157.120,00	-	-	535.178,55
Por Devolução (-)	(1.026.937,34)	-	-	-	(1.026.937,34)
Estorno de Capital	(300,00)	-	-	-	(300,00)
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	15.357.743,54	15.357.743,54
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	-	-	1.515.663,39	(1.515.663,39)	-
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	(757.831,70)	(757.831,70)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(201.109,64)	(201.109,64)
Saldo em 31/12/2021	20.086.977,03	(3.980,00)	41.385.099,85	12.883.138,81	74.351.235,69
Saldo em 30/06/2021	20.305.510,48	-	39.869.436,46	6.398.211,37	66.573.158,31
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	270.976,71	(3.980,00)	-	-	266.996,71
Por Devolução (-)	(489.210,16)	-	-	-	(489.210,16)
Estorno de Capital	(300,00)	-	-	-	(300,00)
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	8.959.532,17	8.959.532,17
Destinações das Sobras do Perí					

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE CREDITO CREDIBOM LTDA. - SICOOB CREDIBOM** junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

A **COOPERATIVA DE CREDITO CREDIBOM LTDA. - SICOOB CREDIBOM**, visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou diversas providências, das quais destacam-se:

Intensificação das rotinas de limpeza em todos os ambientes das agências, limite de permanência máxima de associados por vez no seu interior, de acordo com a Secretaria de Saúde de cada Município. Utilização de álcool gel 70%, máscaras, constantemente, aferição diária de temperatura e uso de tapeçarias sanitizantes; não compartilhamento de objetos de uso pessoal; distanciamento mínimo de 2 metros com marcações no interior e exterior das agências, evitando aglomerações de pessoas e contato físico. Empregadas grávidas estão trabalhando home office, a Credibom está pagando teste de Covid para os empregados, reuniões e treinamentos com transmissão virtual. Em caso de suspeita de infecção de colaboradores, são realizados exames laboratoriais e nos casos de infecção confirmada cumprimos o imediato isolamento e higienização da estação de trabalho.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionais de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	3.665.354,52	4.195.945,68
Relações interfinanceiras - centralização financeira	243.881.870,92	227.935.047,87
TOTAL	247.547.225,44	232.130.993,55

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	7.682.977,74	10.690.833,27	5.447.409,95

5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021
Títulos de Renda Fixa	2.040.181,37
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2.040.181,37

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS**, com remuneração de, aproximadamente, 109% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	Total
Títulos de Renda Fixa	2.054.135,70	2.054.135,70
TOTAL	2.054.135,70	2.054.135,70

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021**.

Descrição	2º sem/21	31/12/2021
Rendas de Títulos de Renda Fixa	45.023,55	56.101,69
TOTAL	45.023,55	56.101,69

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020		
Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<tbl_info cols="

			8		7	
Financiamentos	23.188.630,78	36.628.897,02	59.817.527,80	17.800.215,07	33.698.580,16	51.498.795,23
Financiamentos Rurais	29.420.342,36	18.008.834,61	47.429.176,97	21.646.934,44	9.667.274,03	31.314.208,47
Total de Operações de Crédito	139.215.736,3	122.698.297,7	261.914.034,1	109.047.136,8	106.619.509,9	215.666.646,8
(-) Provisões para Operações de Crédito	(7.372.341,29)	(9.273.080,17)	(16.645.421,46)	(5.119.665,96)	(8.376.498,13)	(13.496.164,09)
TOTAL	131.843.395,0	113.425.217,6	245.268.612,6	103.927.470,9	98.243.011,86	202.170.482,7
	8	1	9	2	8	7

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamento Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A - Normal	9.301.945,06	3.609.834,09	11.155.860,70	24.067.639,85		10.695.941,57	
A 0,5% Normal	47.331.025,01	25.370.166,82	24.307.511,70	97.008.703,53	(485.043,52)	83.825.213,67	(419.126,07)
B 1% Normal	44.381.917,46	18.949.933,62	9.287.420,67	72.619.271,75	(726.192,72)	62.687.846,30	(626.878,46)
B 1% Vencidas	272.618,91	62.902,23	0,00	335.521,14	(3.355,21)	48.205,61	(482,06)
C 3% Normal	28.444.998,37	8.757.941,42	2.553.570,21	39.756.510,00	(1.192.695,30)	32.180.755,84	(965.422,68)
C 3% Vencidas	608.869,92	73.518,05	0,00	682.387,97	(20.471,64)	740.839,92	(22.225,20)
D 10% Normal	6.209.566,11	1.350.335,76	124.813,89	7.684.715,56	(768.471,56)	8.642.688,03	(864.268,80)
D 10% Vencidas	281.430,93	232.513,52	0,00	513.944,45	(51.394,45)	695.141,47	(69.514,15)
E 30% Normal	2.307.705,22	329.285,12	0,00	2.636.990,34	(791.097,10)	3.583.415,18	(1.075.024,55)
E 30% Vencidas	2.388.856,75	108.211,55	0,00	2.497.068,30	(749.120,49)	1.065.395,62	(319.618,69)
F 50% Normal	1.468.415,05	101.534,69	0,00	1.569.949,74	(784.374,87)	1.868.819,97	(934.409,99)
F 50% Vencidas	1.162.105,19	481.578,58	0,00	1.643.683,77	(821.841,89)	2.142.180,83	(1.071.090,42)
G 70% Normal	1.278.774,06	20.963,19	0,00	1.299.737,25	(909.816,08)	935.669,07	(654.968,35)
G 70% Vencidas	800.001,45	56.548,26	0,00	856.549,71	(599.584,80)	271.333,00	(189.933,10)
H 100% Normal	4.573.120,50	94.116,51	0,00	4.667.237,01	(4.667.237,01)	4.747.772,53	(4.747.772,53)
H 100% Vencidas	3.855.979,39	218.144,39	0,00	4.074.123,78	(4.074.123,78)	1.535.428,26	(1.535.428,26)
Total Normal	145.297.466,84	58.584.111,22	47.429.176,97	251.310.755,0	(10.325.528,16	209.168.122,1	(10.287.871,43
Total Vencidos	9.369.862,54	1.233.416,58	0,00	10.603.279,12	(6.319.892,26)	6.498.524,71	(3.208.291,88)
Total Geral	154.667.329,38	59.817.527,80	47.429.176,97	261.914.034,15	(16.645.421,46	215.666.646,8	(13.496.164,09)
Provisões	(14.812.388,68)	(1.529.532,59)	(303.500,19)	(16.645.421,46)	(13.496.164,09))
Total Líquido	139.854.940,70	58.287.995,21	47.125.676,78	245.268.612,6	9	202.170.482,7	8

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	40.397.272,66	46.209.490,57	68.060.566,15	154.667.329,38
Financiamentos	6.416.381,72	16.772.249,06	36.628.897,02	59.817.527,80
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.294.459,36	24.125.883,00	18.008.834,61	47.429.176,97
TOTAL	52.108.113,74	87.107.622,63	122.698.297,78	261.914.034,15

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	19.099.872,73	2.538.186,42	0,00	21.638.059,15	0,08%
Setor Privado - Indústria	11.465.425,40	3.990.785,96	0,00	15.456.211,36	0,06%
Setor Privado - Serviços	45.658.696,48	16.249.011,31	0,00	61.907.107,79	0,24%
Pessoa Física	76.794.973,53	36.629.021,67	47.429.176,97	160.853.172,17	0,61%
Outros	1.648.361,24	410.522,44	0,00	2.058.883,68	0,01%
TOTAL	154.667.329,38	59.817.527,80	47.429.176,97	261.914.034,15	1,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	13.496.164,09	13.235.130,72
Constituições/Reversões no período	6.131.660,98	7.067.178,85
Transferência para prejuízo no período	(2.982.403,61)	(6.806.145,48)
Saldo Final	16.645.421,46	13.496.164,09

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	3.814.100,99	1,45%	3.791.276,49	2,00%
10 Maiores Devedores	21.421.728,06	8,17%	18.750.362,93	9,00%
50 Maiores Devedores	58.318.408,85	22,24%	47.802.242,27	22,15%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	17.443.104,84	13.093.852,54
Valor das operações transferidas no período	2.982.403,61	6.806.145,48
Valor das operações recuperadas no período	(3.328.415,	

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio e as vinculadas (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04). Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostas: (se aplicável)

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário - LCI	7.113.032,55	0,00	3.046.418,70	0,00
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	39.422.870,34	3.208.446,19	23.412.095,02	556.599,40
TOTAL	46.535.902,89	3.208.446,19	26.458.513,72	556.599,40

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 12.d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	3 a 11,50% a.a.	Diversos	18.433.370,62	13.064.438,83	11.975.039,63	4.190.356,04
(-) Despesas a Apropriar Bancoob			(706.692,02)	(1.444.639,94)	(415.259,22)	(276.961,93)
TOTAL			17.726.678,60	11.619.798,89	11.559.780,41	3.913.394,11

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/21		31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob			(842.388,07)	(842.388,07)	(590.304,36)	
Outras Instituições			0,00	(536.377,96)	(924.760,00)	
TOTAL			(842.388,07)	(1.378.766,03)	(1.515.064,36)	

15. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de Outras Relações Interfinanceiras Passivas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	
	Circulante	
Correspondentes no País		329,83
TOTAL		329,83

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)		4.593.478,77		5.957.778,25
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos		7.657,22		11,50
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)		127.591,91		468,21
TOTAL		4.728.727,90		5.958.257,96

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R\$ 74.472,66), Convênio Saneamento (R\$ 1.292,65), Telecomunicações (R\$ 129,45), e ordens de pagamentos (R\$ 4.517.584,01);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 107.459,97), Municipais (R\$ 13.343,31) e outros (R\$ 6.788,63).

17. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CREDIBOM** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	484.518,60	169.928,71	368.917,52	210.666,60
Provisão Para Contingências	2.125.471,23	2.360.791,81	0,00	4.273.524,23
TOTAL	2.609.989,83	2.530.720,52	368.917,52	4.484.190,83

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Coobrigações Prestadas		36.373.591,83		28.357.040,05
TOTAL		36.373.591,83		28.357.040,05

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS	246.586,54	246.586,54	243.683,66	243.683,66
PIS FOLHA	727.300,08	718.061,42	635.213,03	627.371,01
COFINS	1.300.320,37	1.300.320,37	1.284.958,61	1.284.958,61
Outras Contingências	2.212.056,05	2.125.471,23	2.109.668,93	2.095.051,91
TOTAL	4.486.263,04	4.390.439,56	4.273.524,23	4.251.065,19

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDIBOM**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.888.894,45. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas</h3

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(8.227.518,06)	(11.555.689,88)	(6.127.712,62)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(842.388,07)	(1.378.766,03)	(1.515.064,36)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	4.035.445,77	8.062.759,93	7.271.780,12
Reversões de Provisões para Outros Créditos	58.394,86	93.116,61	189.913,19
Provisões para Operações de Crédito	(7.601.336,50)	(14.009.083,69)	(13.851.584,57)
Provisões para Outros Créditos	(241.042,97)	(394.206,34)	(449.441,39)
TOTAL	(12.818.444,97)	(19.181.869,40)	(14.482.109,63)

24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	518.268,72	977.248,20	938.227,30
Rendas de Transferências de Fundos	2.666,62	22.914,98	36.801,46
Rendas de Outros Serviços	3.662.655,33	6.673.685,51	5.318.582,25
TOTAL	4.183.590,67	7.673.848,69	6.293.620,01

25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	920.959,33	1.780.071,44	1.473.175,42
Rendas de Serviços Prioritários - PF	256.172,50	507.600,95	626.708,30
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	1.318,37	1.734,87	679,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	904.403,16	1.630.586,63	1.343.248,41
TOTAL	2.082.853,36	3.919.993,89	3.443.811,13

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(87.143,13)	(165.211,56)	(156.513,24)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(864.225,31)	(1.640.383,95)	(1.419.697,37)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.285.369,89)	(2.515.270,08)	(2.337.429,86)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.423.738,19)	(2.788.447,18)	(2.526.792,42)
Despesas de Pessoal - Proventos	(3.767.364,29)	(7.405.144,34)	(6.571.295,64)
Despesas de Pessoal - Treinamento	0,00	0,00	(174,42)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(41.035,22)	(86.089,42)	(52.635,56)
TOTAL	(7.468.876,03)	(14.600.546,53)	(13.064.538,51)

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(195.487,41)	(373.983,85)	(315.567,04)
Despesas de Alugueis	(325.371,89)	(631.819,36)	(560.463,30)
Despesas de Comunicações	(203.552,82)	(395.668,28)	(380.805,02)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(275.206,03)	(535.722,93)	(446.913,62)
Despesas de Material	(60.799,07)	(137.658,79)	(142.998,34)
Despesas de Processamento de Dados	(791.985,81)	(1.533.305,43)	(1.379.759,02)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(137.395,70)	(183.145,62)	(254.244,03)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(103.145,18)	(185.211,02)	(124.443,38)
Despesas de Publicações	(7.400,00)	(7.400,00)	(6.600,00)
Despesas de Seguros	(17.485,05)	(33.682,97)	(38.393,74)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.535.669,65)	(2.974.192,99)	(2.136.461,49)
Despesas de Serviços de Terceiros	(224.630,55)	(394.848,94)	(347.048,96)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(421.324,13)	(880.055,27)	(1.020.658,18)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(297.639,76)	(536.674,31)	(552.759,45)
Despesas de Transporte	(121.590,00)	(258.468,98)	(231.686,13)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	0,00	(35,90)
Despesas de Viagem no País	(94.878,30)	(133.951,55)	(97.083,69)
Despesas de Depreciação	(578.784,76)	(1.179.700,79)	(1.158.191,98)
Outras Despesas Administrativas	(855.788,92)	(1.598.148,15)	(1.398.318,41)
TOTAL	(6.248.135,03)	(11.973.639,23)	(10.592.431,68)

28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	218.553,73	439.011,12	324.429,73
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	0,00	0,00	201.447,07
Dividendos	0,00	6.365,60	17.930,51
Distribuição de sobras da central	0,00	342.915,06	369.904,95
Atualização depósitos judiciais	48.530,91	67.182,62	49.010,67
Rendas de Repasses Interfinanceiros	73.283,41	124.423,34	195.086,82
Outras rendas operacionais	2.650,71	31.221,70	61.153,53
Rendas oriundas de cartões de crédito e Adquirência	860.886,80	1.588.940,02	1.528.080,83
Juros ao Capital Recebidos da Central	312.263,21	312.263,21	211.767,00
TOTAL	1.516.168,77	2.912.322,67	2.958.811,11

29. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(85.949,26)	(102.749,77)	(98.448,96)
Outras Despesas Operacionais	(381.980,62)	(687.466,46)	(650.606,97)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(9.333,17)	(18.138,46)	(17.641,36)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(153.339,45)	(266.763,03)	(248.104,09)
Outras Contribuições Diversas	(74.737,00)	(74.737,00)	(62.954,57)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(52.785,02)	(85.384,71)	(21.653,67)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	(5.699,73)	(7.736,95)
Perdas - Fraudes Externas	(5.999,99)	(5.999,99)	0,00
Perdas - Práticas Inadequadas	(13.122,18)	(13.122,18)	(3.534,31)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(299,39)	(299,39)	0,00
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(9.111,62)	(9.111,62)	(910,51)
TOTAL	(786.657,70)	(1.269.472,34)	(1.111.591,39)

30. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	(157.574,72)	(213.764,81)	(124.504,22)
Provisões para Contingências	(172.191,74)	(228.381,83)	(135.504,22)
Reversões de Provisões para Contingências	14.617,02	14.617,02	11.000,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(66.834,41)	(74.863,19)	(138.789,99)
Provisões para Garantias Prestadas	(339.742,10)	(618.745,12)	(554.979,74)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	272.907,69	543.881,93	416.189,75
TOTAL	(224.409,13)	(288.628,00)	(263.294,21)

3

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

35.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.
 - a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;
 - a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcum e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

35.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

35.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

35.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionamente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;

- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos

